



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Exortar o Governo a acompanhar, proactivamente, o caso da queda de azulejos e a otimizar o mecanismo de fiscalização, para garantir a qualidade das obras públicas

Segundo o “Relatório de sindicância sobre a queda grave de azulejos das paredes dos espaços comuns do Edifício do Lago e do Edifício Ip Heng”, recentemente divulgado pelo Comissariado contra a Corrupção (CCAC), a queda de azulejos que se tem verificado nos dois edifícios implica problemas em diferentes fases, por exemplo, a concepção e a escolha de materiais para o revestimento das paredes, a qualidade do trabalho manual, a vistoria e o acompanhamento das respectivas reparações, e os serviços competentes também têm certa responsabilidade. Quanto à sugestão do CCAC, ou seja, os serviços em causa devem adoptar uma atitude proactiva para resolver o problema, de vez e em conjunto com os moradores, que se saiba, os mesmos já se reuniram com os moradores para a respectiva discussão.

Os diversos problemas registados nas obras públicas têm sido alvo de críticas. Ao prestar apoio aos moradores, o Governo deve ainda rever e aperfeiçoar as leis e os mecanismos respectivos. Segundo o CCAC, a referida queda de azulejos deve-se aos problemas de concepção e selecção de materiais e à omissão suspeita dos serviços públicos. Para além disso, os azulejos utilizados no Edifício do Lago não



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

correspondem às exigências de dimensão definidas pelo Governo e, em mais de 95 por cento das inspeções realizadas de forma aleatória às paredes, foram detectadas situações de azulejos com tambores vazios, mas o auto de recepção provisória foi assinado; nas fases de execução da obra e de vistoria e recepção relativas ao Edifício Ip Heng, as entidades responsáveis nunca exigiram a realização de testes de aderência “*pull-off*” para os azulejos; aquando da apreciação, vistoria e recepção das obras, perante a desconformidade dos materiais seleccionados e da sua dimensão com as exigências e as situações de azulejos com tambores vazios, a entidade fiscalizadora não actuou. Os moradores e a sociedade consideram tudo isto inaceitável.

É inegável que, com os esforços do Governo nos últimos anos, houve melhorias quanto à derrapagem orçamental e ao incumprimento dos prazos nas obras públicas, e o Governo também começou a divulgar a situação das obras com valor superior a 100 milhões, para conhecimento e fiscalização da sociedade. Mas continuam a registar-se frequentemente problemas nas obras públicas, como a qualidade insatisfatória e a insuficiência da fiscalização. Assim, o Governo deve tirar ilações, rever seriamente as lacunas e os problemas mencionados no Relatório do CCAC, e tomar medidas específicas para as respectivas melhorias; deve ainda aperfeiçoar o actual mecanismo de fiscalização da qualidade das obras públicas, e fazer bem e com seriedade os trabalhos de fiscalização de todas as etapas das obras públicas, existentes e futuras, evitando a repetição de casos semelhantes.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Ao longo dos anos, registou-se frequentemente a queda de azulejos de uma vasta área no Edifício do Lago e no Edifício Ip Heng, constituindo potenciais perigos para a segurança e deixando os moradores bastante perturbados. Uma vez que os moradores não conseguem comprovar o respectivo responsável, é difícil o seu tratamento. No referido Relatório do CCAC, foram claramente apontados os problemas em várias fases, assim, o Governo e as entidades responsáveis pela construção devem assumir a devida responsabilidade. Sabe-se que os serviços públicos competentes contactaram logo os moradores e se reuniram com eles, e os empreiteiros em causa também afirmaram estar dispostos a prestar apoio. Então, que solução tem o Governo? O problema pode ser resolvido adequadamente?

2. Segundo revelou o CCAC, no caso dos Edifícios do Lago e Ip Heng, foram detectadas acções negligentes e circunstâncias de falta de rigor nas fases de concepção, construção, fiscalização, supervisão e coordenação. Perante os referidos problemas, como é que o Governo vai fazer um balanço da experiência, apurar as responsabilidades e dar o devido acompanhamento? Quanto às diferentes fases das obras públicas, incluindo a concepção, a execução, a fiscalização e o controlo de qualidade, segundo apontou o Comissariado de Auditoria, o Governo raramente sanciona os casos de violação de leis ou contratos. Esta situação já foi melhorada? Qual é o respectivo ponto da situação? No futuro, como vão ser reforçados os trabalhos de fiscalização e de aplicação da lei no âmbito das obras públicas?

3. As obras públicas têm impacto no desenvolvimento socioeconómico e no bem-estar da população, e implicam o uso de avultado erário público, daí ser



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

importantíssimo definir leis e mecanismos mais perfeitos que assegurem o cumprimento de prazos e a qualidade das obras públicas. Segundo a sugestão do CCAC, o Governo deve estudar, ao nível legislativo ou técnico, a quantificação dos critérios de obras públicas, para fixar o limite máximo ou a proporção de vícios registados aquando da recepção provisória das obras. Que acompanhamento foi feito pelo Governo? Se não acolher esta sugestão, que ideias tem o Governo para aperfeiçoar a adjudicação e a fiscalização de obras públicas, assim como o respectivo regime sancionatório, evitando a repetição de erros?

1 de Junho de 2022

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Cheng I